

COISAS DA POLÍTICA

■ ROSÂNGELA BITTAR

Refazendo a largada

O presidente Fernando Henrique Cardoso parece estar reorganizando agora as instâncias de assessoria política e econômica que perdeu no último ano do seu primeiro mandato, mas não dá sinais de que pretenda resolver um dos principais problemas de seu governo, o de coordenação e execução dos projetos.

O almoço de sábado no Palácio da Alvorada reuniu um grupo de ministros – Pimenta da Veiga, Paulo Renato e José Serra – que deverá continuar aconselhando o presidente Fernando Henrique Cardoso nas questões políticas.

Principalmente naquelas que envolvem as votações do Congresso, a quem o presidente transferiu agora a responsabilidade por manter, com a aprovação do projeto de taxação dos inativos, o Orçamento para 1999 e a CPMF, o curso de soluções para a crise econômica aguda do país.

Para o aconselhamento em assuntos estritos de economia, haverá um conselho de notáveis, para o qual já foi convidado o presidente demissionário do Banco Central, Gustavo Franco, e onde terão audiência também economistas importantes que foram do governo e outros que jamais tiveram ligações com o presidente.

Se desta forma fica resolvida a questão da assessoria, o que poderá tirar o presidente do isolamento e do cansaço que o abatem no momento, resta sem tentativa de solução o problema da gestão. O coordenador das ações de governo, Clóvis Carvalho, foi o ministro que recebeu a pior avaliação no primeiro mandato do presidente.

Se há um consenso em Brasília, este é a opinião negativa a respeito do trabalho do ministro-chefe da Casa Civil. Que, no entanto, foi não apenas mantido no governo para a mesma função como teve suas tarefas acrescidas daquelas que eram de responsabilidade do ministro Eduardo Jorge Caldas, agora definitivamente fora do governo.

Até a capacidade administrativa de Carvalho, que alguns ressaltavam quando estava em questão sua incapacidade de atuar politicamente, começa a ser desmistificada. O que está ocorrendo na Casa Civil, na realidade, é uma baixa capacidade executiva.

Não se encontra, nesta seção, nem o modelo de burocrata controlador dos papéis que devem ser assinados pelo presidente, nos prazos corretos, nem o modelo muito adotado em governos mais antigos do ministro com função de coordenação política.

Se o presidente reúne um grupo pequeno de ministros para tratar de programas, não está entre eles o chefe da Casa Civil. Se faz um encontro político, como o do almoço deste sábado, a Casa Civil não está. Das providências administrativas não tomadas, então, os exemplos são gritantes.

O novo projeto dos inativos, é constatação óbvia, deveria ter ficado pronto logo que o último foi derrubado, mas o período de convocação extraordinária do Congresso passou da metade do seu prazo legal e o projeto ainda está na fase de promessas, desta vez para hoje ou amanhã. A CPMF, tão crucial para o equilíbrio fiscal e para o governo, estourou todos os seus prazos e o Congresso passou a ser pressionado porque faltou no Executivo alguém que controlasse prazos e coordenasse o envio de novo projeto.

Os acontecimentos do dia a dia não sustentam a tese de que há eficiência administrativa na Casa Civil. Fernando Henrique continua sem contar com um bom executivo, um coordenador efetivo das ações de governo, que seja respeitado principalmente pelos demais ministros.